

## Requisitos Legais do Diagnóstico de Morte Encefálica e Doação de Órgãos Para Transplantes

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Ediléia Conceição Gonçalves

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### Introdução

Apesar da existência de diversas normas que regulamentam o sistema de transplantes, ainda existem impasses e dúvidas relacionados ao tema “doação de órgãos”.

Para os familiares do falecido, o impacto da notícia da morte é acompanhado pelo pedido da doação de órgãos, feita por profissionais de saúde. Além da ruptura no tempo necessário para aceitação da morte de um ente querido, a compreensão inadequada dos familiares sobre o conceito de morte encefálica dificulta a decisão em favor da doação dos órgãos. Alguns dos entraves é a falta de compreensão do conceito de morte encefálica e mitos e tabus que estão ligados ao processo de doação de órgãos.

Cabe salientar que a morte encefálica é a morte de fato, compreendida pela perda completa e irreversível das funções encefálicas cerebrais, definida pela cessação das funções corticais e do tronco encefálico ou tronco cerebral.

### Objetivo

Este estudo visa demonstrar a importância da legislação para regulamentação do sistema de transplantes e destacar um dos principais entraves no processo de doações de órgãos e tecidos no Brasil, sobretudo no estado de MG, que é a falta de entendimento do conceito de morte encefálica e a aceitação pelos familiares do diagnóstico. Visa ainda apontar a constante busca de instrumentos legais.

### Material e Métodos

Para composição do estudo, foram realizadas pesquisas em sites oficiais: Associação Brasileira de Transplantes – ABTO, Sistema Nacional de Transplantes, SNT, Secretária de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES, Ministério da Saúde – MS, bem como análise de dados estatísticos públicos registrados pelo MG Transplantes. Além disso, foram acompanhados os fluxos e rotinas do sistema estadual de transplantes, como profissional atuante na área.

### Resultados e Discussão

Um dos grandes entraves atuais para o sistema de transplantes é a falta de conhecimento, pela população, quanto ao conceito de morte encefálica, que gera dúvidas e receios aos familiares no momento de decisão da doação. Neste sentido, existe um “tabu” presente na sociedade de que pessoas poderão ser inseridas como doadores,

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



mesmo ainda estando vivas e que conseqüentemente possa existir explante irregular dos órgãos para transplantes. Assim, busca-se novos instrumentos legais para tornar o processo mais transparente e confiável.

A lei 9.434/1997 estabelece que a retirada de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, destinados a transplante deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina. A Resolução nº 2.173 de 23 de novembro de 2017 define critérios e requisitos para a realização do de Morte Encefálica.

## Conclusão

A doação de órgãos é um ato de extrema relevância social e humanitária, capaz de salvar vidas e oferecer melhor qualidade de vida a milhares de pessoas. No entanto, mesmo com a existência de um arcabouço legal robusto, como a Lei nº 9.434/1997 e suas regulamentações complementares, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à compreensão da população sobre a morte encefálica.

## Referências

<https://site.abto.org.br>

<https://www.saude.mg.gov.br>

<https://www.fhemig.mg.gov.br>

PEREIRA, Walter Antônio. Manual de Transplantes de Órgãos e tecidos, 5ª edição. Belo Horizonte, COOPMED, 2014.